

Estudos do Trabalho

Ano VI – Número 12 – 2013
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL, TECNOLOGIA E MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO: DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA AOS *HOME OFFICES*.

Maíra Ouriveis¹

Resumo

Neste artigo buscamos pensar as alterações ocorridas no mundo do trabalho, do ponto de vista do trabalhador, sob regime de *home office*. Abordamos, portanto, desde as causas iniciais dessa alteração, quais seus propósitos e, posteriormente, quais vieram a ser suas consequências sociais. Para tanto os dois pilares do pensamento desenvolvido neste trabalho são o processo de reestruturação produtiva e o desenvolvimento e aprimoramento da internet. A reflexão feita mostra que em meio a tantas mudanças, e com a ilusão da flexibilidade no trabalho, o trabalhador acaba saindo em desvantagem, tendo cada vez menos certezas e seguranças em relação ao seu trabalho além de ver limitadas suas possibilidades de resistência.

Palavras-chave: trabalho. Reestruturação produtiva. Internet. *home office*.

Abstract

In this article we review the history of the changes in the world of work, from the standpoint of the worker under home office scheme. We approach therefore the initial causes of this change, what were his purposes and then what came to be their social consequences. For this purpose the two pillars of the thought developed in this work are the productive restructuring process and the development and improvement of the Internet. The reflection made on this topic shows that amid so many changes, and the illusion of flexibility at work, the worker ends up in disadvantage, having fewer certainty and security in relation to his work besides seeing limited possibilities of resistance.

Keywords: work; productive restructuring; internet; home office.

¹ Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) – Campus de Marília e mestranda em Ciências Sociais na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) – Campus de Marília. ma.oes@hotmail.com

Introdução

O mundo tem passado por mudanças significativas nas últimas décadas. Esse período transformou de forma marcante as configurações político-econômicas bem como ocasionou uma nova reorganização geográfica do globo e estabeleceu novas formas de arranjo social. Partindo do princípio de que tudo faz parte de um processo, possui uma história, um passado e é fruto da interação de múltiplos atores sob diversas forças em determinados contextos, compreender estes últimos 50 anos é, portanto, essencial para que se possa interpretar os fenômenos atuais do entorno de qualquer indivíduo. Destarte, a década de 1970 pode ser apontada como o momento em que essas mudanças começaram a tomar forma e desencadearam no que hoje constitui o cotidiano. É relevante ressaltar que o centro deste estudo é o trabalhador, em especial os dos chamados *home offices* (escritório-casa), e sua relação com o trabalho, envolvendo então o capitalista, o ambiente de produção, a sociabilidade e suas garantias.

O processo que ficou conhecido como reestruturação produtiva teve início nos anos 70 do século XX e foi fruto da necessidade de serem reavaliadas as formas de produção, para que com isso as taxas de lucro pudessem ser mantidas. Deixar pra trás o modelo estabelecido e criar um novo que atendesse às necessidades do momento é o cerne do chamado processo de destruição criadora do qual “se constitui o capitalismo e a ele deve se adaptar toda a empresa capitalista para sobreviver.” (SCHUMPETER, 1961, p. 110). Duas das principais características deste novo modelo estabelecido nesta ocasião são: 1) a *flexibilização na produção* e 2) a *aposta na tecnologia*. Eric Hobsbawm (2008) aponta esse período como responsável pelo que ele chama de uma revolução nas comunicações e tecnologia de informação.

É nesse contexto que a internet se desenvolve. Não estando ligada inicialmente ao processo de reestruturação produtiva, seu início remete ao segundo semestre de 1969 (CASTELLS, 2003). A rede de computadores foi desenvolvida num contexto de guerra pelo governo americano para fins militares. Contudo, com as mudanças na organização das empresas a internet se tornou um instrumento crucial para esse novo modelo de produção visto que com a ajuda desta as empresas podiam estar presentes em diversos lugares do mundo ao mesmo tempo. Também é elemento decisivo desse recorte temporal da história a

implementação do regime político neoliberal que dialoga perfeitamente com a reestruturação pensada. Tal regime propõe o livre mercado e ausência de participação do Estado, pregando que o mercado assim se autoregulamentaria.

A ideologia neoliberal favoreceu a multinacionalização das empresas, sendo este uma nova forma de organização que segue a lógica da reestruturação produtiva ligada diretamente ao princípio de flexibilidade. Dessa forma, a mesma companhia pode instalar indústrias e escritórios nos mais diversos países pelo mundo, pautando a sua decisão de onde iriam ser colocadas essas novas sub-sedes pensando em se dirigir para onde o capital pudesse obter rendimentos mais substanciais. O capitalismo necessita manter o capital em constante movimento para que o sistema se sustente e se expanda (HARVEY, 2011). É nesse sentido que a internet tem tamanha relevância para os capitalistas e a vida de suas empresas. A internet serviu para coordenar as atividades dos diversos pontos espalhados das empresas, ao facilitar tanto a comunicação entre estes quanto facilitando (e acelerando) o fluxo de capitais, encurtando distância geográficas e poupando tempo de deslocamento de materiais.

Segundo François Chesnais (1996) as alterações que tiveram início no final da década de 1970 e que abrangeram ciência, tecnológica e produção industrial instituíram um cenário onde a tecnologia é um fator categórico na competitividade. David Harvey (2011) chega a estabelecer eras que marcaram o desenvolvimento do capitalismo. A primeira diz respeito às ferrovias, barcos a vapor, telégrafos e carvão e siderurgia. A segunda aos automóveis, petróleo e indústria do plástico e borracha. A terceira é a era do motor a jato, geladeiras, ar condicionado, indústria de alumínio e televisão. Por fim, a quarta, e mais atual, é a era do circuito impresso dos computadores e nova indústria de eletrônica. Entretanto, “o que falta neste relato é a compreensão das consequências sociais revolucionárias e contraditórias da dinâmica capital-Estado e das consequentes mudanças na forma organizacional” (HARVEY, 2011, p. 113).

Dessa forma é importante ter em mente que todas essas alterações no modo de produção têm reflexos diretos no cotidiano do indivíduo. Realizada a união entre a internet, fruto da aposta na tecnologia, e a lógica da flexibilização, nota-se o surgimento dos chamados *home offices*. Esse novo regime de trabalho transforma o ambiente de produção, bem como produz alterações significativas na forma de se relacionar dos trabalhadores. Apesar do discurso de que tais mudanças trazem determinadas conveniências para o trabalhador, os reflexos no mundo do trabalho são preocupantes, pois o indivíduo se vê a cada dia com menos

segurança e garantias em relação ao seu emprego. Sendo assim, o novo regime aponta menos para vantagens do trabalhador do que do capitalista.

1. Trabalho: crise e reestruturação flexível.

Para pensar a reestruturação produtiva, é relevante saber o contexto em que ela aconteceu e para que o raciocínio seja mais completo é preciso retomar um pouco o período que a antecedia. A conjuntura dos anos logo após o fim da 2ª Guerra Mundial, a partir de 1945 até final dos anos 1960 é a responsável pela construção dos processos que acabaram culminando na crise que levou a reestruturação produtiva da década de 1970. De forma geral, o que define os anos do pós-guerra, do ponto de vista político e econômico, é a aliança entre o Keynesianismo e o Fordismo (HOBSBAWM, 2008).

Cabe aqui esclarecer que toda crise no capitalismo é multicausal. Não se pode apontar apenas um fator culpado pelo colapso do sistema. Eles são diversos e compõem cenários complexos. Envolvem taxa de lucro, capacidade produtiva, salários, legislações, dentre outros. Portanto, se se anseia compreender um momento de queda do sistema é necessário enxergar de maneira ampla o processo, partindo do crescimento até chegar à queda. Em linhas gerais, o keynesianismo defendia a participação do Estado como ator de peso na economia, para assim garantir uma situação de pleno emprego. Já o fordismo pode ser definido como uma forma de organização produtiva industrial que tinha por objetivo aumentar a eficiência da produção e estabelecia certas normas inovadoras para a época, como o horário de trabalho definido, posições fixas na linha de produção e salário com valores determinados. Assim pretendia-se disciplinar o ambiente de trabalho e ao mesmo tempo, dar horas de lazer ao trabalhador para que nelas pudesse também consumir. O fordismo tinha por objetivo produzir em massa, pois esperava que o consumo assim também o fosse feito, em massa. Para o trabalhador foi uma época de avanços, já que este “é o período histórico das conquistas sociais do trabalhismo organizado, da legislação do trabalho e do *Welfare State*.” (ALVES, 2007, p. 28).

Nesta ocasião, a economia mundial obtinha taxas de crescimento altas. Os anos 1960 apresentaram resultados incomparáveis, “a produção mundial de manufaturas quadruplicou entre o início da década de 1950 e o início da década de 1970, e, o que é ainda mais impressionante, o comércio mundial de produtos manufaturados aumentou dez vezes.” (HOBSBAWM, 2008, p. 257). Este crescimento só pôde ser alcançado devido ao domínio

exercido pelos Estados Unidos tanto no campo da política como na economia, pois acabavam atuando como um estabilizador da economia mundial. Segundo Robert Brenner (2003) o boom do pós-guerra foi possível devido a capacidade que as economias capitalistas avançadas possuíam para realizar-se, bem como sustentar-se, altas taxas de lucro, que eram essenciais para que tais economias obtivessem superávit. Isso era possível devido ao uso de uma quantidade fixa de instalações e equipamentos. Já os superávits ajudavam a compor um cenário propício para altos índices de investimento, o que levava a um crescimento acelerado da produtividade fazendo com que os salários também subissem. As altas taxas de lucro da época faziam com que o contexto fosse convidativo para negócios, e durante as primeiras duas décadas após o final da guerra a acumulação de capital era extramente estimulada.

O cenário muda na segunda metade dos anos 60. O mercado internacional se altera significativamente com a introdução de produtos fabricados no Japão, Europa Ocidental e Alemanha. Estes produtos eram similares aos fabricados pelos EUA, portanto houve uma duplicação de produtos semelhantes no mercado, levando a um excesso de capacidade de produção e aumento na competição. Entretanto, a participação destes novos atores no cenário comercial não foi marcada apenas por este fato. A grande metamorfose que causaram foi devido à capacidade que tiveram de reduzir os custos de produção dos mesmo bens que os americanos produziam, fazendo isso com técnicas avançadas e salários baixos. (BRENNER, 2003). Inquestionavelmente mudanças relevantes vinham acontecendo, e as forças e atores envolvidos tornavam a conjuntura mais complexa.

Em meio a isso, ficava cada dia mais evidente que os EUA estavam amarrados a custos inflexíveis de produção, com métodos relativamente caros e salários elevados que não podiam ser reduzidos rapidamente. O capital fixo americano (instalações e equipamentos) claramente apontava para um excesso de capacidade e de produção. Neste período, os EUA chegaram a ter 43,5% de queda na taxa de lucro sobre seu estoque de capital, e o setor manufatureiro internacional como um todo, registrou uma queda de 25% em sua lucratividade. (BRENNER, 2003, p. 57). Dessa forma uma onda de decréscimos nos lucros atingiu todo o globo, inclusive as economias japonesa, alemã e de outros países europeus. Soma-se a toda essa situação o fato de os norte-americanos estarem envolvidos na Guerra do Vietnã, acarretando a seu Estado extremos gastos militares e déficits imensos da balança de pagamentos. Outro ponto importante deste cenário é o volume crescente de dólares no exterior devido à demanda por produtos e ativos americanos. Tal situação exerceu pressão

decrecente sobre a moeda levando à crise o sistema monetário mundial. Em outras palavras, e sintetizando a conjuntura, o declínio que seguiu o boom dos anos do pós-guerra se deve à queda generalizada na taxa de lucro das economias capitalistas devido ao excesso de capacidade e de produção, fato que impedia que os preços dos bens manufaturados crescessem na mesma proporção que cresciam os salários e os custos das instalações e equipamentos.

Na década de 70 a possibilidade de crescimento da economia mundial que havia se dado no subsequente pós-guerra já não era mais tão garantida. Grandes bancos internacionais, possuidores de capital advindo dos superávits do petróleo árabe financiaram a industrialização de países como México e Brasil. (BRENNER, 2003). Países antes sem participação no mercado mundial de manufaturados viam que poderiam se inserir no mercado, pois possuíam capacidade de produzir bens a baixo custo. Em linhas gerais,

as políticas de substituição de importações em muitos países do Terceiro Mundo (da América Latina em particular), associadas ao primeiro grande movimento das multinacionais na direção da manufatura no estrangeiro (no Sudeste Asiático em especial), geraram uma onda de industrialização fordista competitiva em ambientes inteiramente novos, nos quais o contrato social com o trabalho era fracamente respeitado ou inexistente. Daí por diante, a competição internacional se intensificou à medida que a Europa Ocidental e o Japão, seguidos por toda uma gama de países recém-industrializados, desafiaram a hegemonia estadunidense no âmbito do fordismo a ponto de fazer cair por terra o acordo de Bretton Woods e de produzir a desvalorização do dólar. A partir de então, taxas de câmbio flutuantes e, muitas vezes, sobremodo voláteis substituíram as taxas fixas da expansão do pós guerra. (HARVEY, 2006, p. 135)

É em 1973 que o então presidente dos EUA Richard Nixon encerra a conversibilidade do dólar. Força, assim, a economia a renunciar ao sistema de Bretton Woods que estabelecia taxas de câmbio fixas. A partir de então os câmbios passam a ser flutuantes com o intuito de permitir que o governo pudesse seguir políticas keynesianas de déficits de orçamento e também políticas monetárias expansionistas. Visava, com isso, retomar o crescimento doméstico, bem como tornar o dólar desvalorizado frente a outras moedas para que assim o setor manufatureiro voltasse a ser competitivo e também desejava depreciar reservas de dólares no exterior. Mesmo com tais medidas as taxas de lucro não voltavam aos patamares anteriores. Muitas empresas estavam prestes a falir e aumentos significantes nos preços do petróleo levaram a uma séria recessão em 1974-1975. As medidas tomadas pelo governo dos EUA, de caráter keynesiano, acabaram configurando mais um ponto para o aumento da

capacidade e da produção “ao impedir o rigoroso remédio do ajustamento, na verdade, a depressão, que historicamente limpou o caminho para novas expansões.” (BRENNER, p. 77). Isso se deu porque as medidas criaram condições para que fábricas de produtos com alto custo e baixa lucratividade não falissem, ocupando lugar de outros produtores de bens com menores custos e maior lucratividade. Outro erro no planejamento americano foi o estímulo à demanda agregada, já que empresas com baixas taxas de retorno obtinham superávits baixos também, “o que, portanto, não lhes permitia investir muito capital ou expandir-se. Dessa forma não conseguiram aumentar a oferta, levando não a um aumento na produção, como esperado, e sim uma elevação dos preços” (BRENNER, 2003, p. 77).

O cenário estava composto e nada podia defini-lo melhor do que o termo crise. Todo o sistema estava em colapso. A solução para o entrave do crescimento da economia global, ligada direta e intensamente a economia americana, era reduzir gastos com mão-de-obra e com os encargos. Os capitalistas viam que não necessitavam investir seus capitais em novas indústrias, e sim investir mais na sua própria, portanto a aposta no desenvolvimento e aprimoramento técnico das indústrias se torna ponto crucial no plano de recuperação. Outra questão é que devido ao fato de os bancos americanos incentivarem multinacionais em outros países, o livre trânsito de capitais era necessário. “O caminho estava assim aberto para uma importante mudança de perspectiva.” (BRENNER, 2003, p. 78).

Feitos os devidos apontamentos, cabe aqui lembrar que crises são inerentes ao capitalismo e são momentos cruciais para o sistema. Como supracitado, a depressão realiza uma limpeza forçada no sistema e pressiona-o a reorganizar-se. A chamada destruição criativa é uma das forças motrizes do capitalismo e este “impulso fundamental que põe e mantém em funcionamento a máquina capitalista procede dos novos bens de consumo, dos novos métodos de produção ou transporte, dos novos mercados e das novas formas de organização industrial criadas pela empresa capitalista.” (SCHUMPETER, 1961, p. 110). Olhar para a década de 1970 possibilita enxergar como essa destruição criativa age no sistema. Foi um período de mudanças expressivas na política e na economia, com consequências no modo de viver e pensar dos indivíduos.

Elementar para entender as alterações ocorridas nos anos 70, para assim compreender a dinâmica social da atualidade, é a adoção da doutrina neoliberal, cuja figura emblemática foi a primeira-ministra britânica Margaret Thatcher. Os neoliberais se opunham à política keynesiana, contudo este “não era nem um confronto puramente técnico entre economistas

profissionais, nem uma busca de caminhos para tratar de novos e perturbadores problemas econômicos. Era uma guerra de ideologias incompatíveis.” (HOBSBAWM, 2008, p. 399). Por um lado os keynesianos apresentavam o argumento de que os salários altos, juntamente ao pleno emprego e o Estado de Bem-estar eram os responsáveis pela demanda de consumo que dava fôlego a expansão da época, e que para reverter as depressões econômicas era necessário bombear mais demanda. Por outro lado, os neoliberais defendiam que era necessário realizar corte nos custos públicos e privados, pois somente com essas medidas os lucros, que eram o motor do crescimento econômico, poderiam se elevar. Todavia, nas entrelinhas destes discursos “a economia nos dois casos racionalizavam um compromisso ideológico, uma visão *a priori* da sociedade humana.” (HOBSBAWM, 2008, p. 399). Segundo Brenner (2003), a virada neoliberal visava aumentar a lucratividade para elevar o desemprego, e assim fazer com que os salários não mais crescessem. Soma-se a isso o objetivo de redistribuir as rendas para o capital. Para tanto era necessário reduzir os impostos para empresas e diminuir gastos com serviços sociais. Contudo o plano maior dessa mudança era acabar com o número excessivo de empresas manufatureiras de alto custo e baixa produtividade que só se mantinham em funcionamento por conta das medidas protetivas keynesianas. Por fim, essa mudança desejava eliminar controles de capitais com o intuito de revigorar os setores financeiros, tanto domésticos quanto internacionais. O neoliberalismo vem então bater de frente com aquilo que havia sido apontado como o problema que levou a crise: a rigidez. (HARVEY, 2006). Era rigidez no investimento de capital fixo de larga escala e longo prazo de produção em massa, realizado, pois tinha-se a certeza que o crescimento se manteria estável e os mercados teriam níveis de consumo que não sofreriam variações. Era também rigidez nos contratos de trabalho, por exemplo, dando segurança suficiente para os trabalhadores se organizarem e terem força de negociação. O Estado providência e sua garantia de bem-estar necessitava ser rígido para dar certezas. Sendo assim, o neoliberalismo é implantado no anseio de flexibilizar e dinamizar.

De forma geral, a ideologia neoliberal de Thatcher realizou sua investida por diversos meios.

Enfrentar o poder sindical, atacar todas as formas de solidariedade social que prejudicassem a flexibilidade competitiva (como as expressas pela governança municipal e mesmo o poder de muitos profissionais e suas associações), dismantelar ou reverter os compromissos do Estado de bem-estar social, privatizar empresas públicas (incluindo as dedicadas à moradia popular), reduzir impostos, promover a iniciativa dos empreendedores e criar um clima de negócios favorável para induzir um forte fluxo de investimento

externo (particularmente do Japão). Ficou famosa sua declaração: “a sociedade não existe, apenas homens e mulheres individuais” – e, acrescentou depois, suas famílias. Todas as formas de solidariedade social tinham de ser dissolvidas em favor do individualismo, da propriedade privada, da responsabilidade individual e dos valores familiares. O ataque ideológico nessas linhas advindo da retórica de Thatcher era implacável; como ela mesma disse, “a economia é o método, mas o objetivo é transformar o espírito” (HARVEY, 2008, p. 32).

Para tanto, o processo de neoliberalização envolveu mudanças de estruturas tradicionais, como a do Estado e sua soberania, alterou as formas de divisão de trabalho, impactou as relações sociais, suprimiu a promoção do bem-estar social e alterou as combinações de tecnologia com modos de vida e de pensamento. O neoliberalismo defende que o bem social alcança níveis superiores conforme as transações de mercado se elevam e atingem maior alcance. Para que isso possa ocorrer apostam na tecnologia de informações para criar, armazenar, transferir, analisar e usar bases de dado com o objetivo de orientar decisões no mercado de todo o mundo. As tecnologias são essenciais para o neoliberalismo, pois ajudam na “compressão tempo-espço” (HARVEY, 2008), ou seja: encurtam distâncias geográficas e aceleram o tempo das transações, possibilitando um novo ritmo de acumulação capitalista. Cabe aqui apontar que a alta no preço do petróleo também incentivou as mudanças tecnológicas, já que se tornou necessário buscar alternativas para baixar os custos na produção através de máquinas que usassem energias de outras fontes. A teoria neoliberal acredita que a mudança tecnológica incentiva a competição, necessária para o surgimento de novos produtos, métodos de produção e formas organizacionais. Para superar a crise os capitalistas, portanto, apostavam suas fichas na mudança tecnológica, na automação, na criação de novas linhas de produto, na busca de novos nichos de mercado, na exploração de novas áreas espalhadas pelo globo onde o controle do trabalho fosse mais fácil, nas fusões e na aceleração do tempo de giro do capital. Essas mudanças também tiveram consequência na noção de estética do período, pois surge uma estética pós-moderna que preza pelo diferente, pelo inédito, pelo efêmero, pelo espetáculo, pela moda e pelas formas culturais mercadificadas em oposição à noção de estética do período modernista fordista.

As alterações ocorridas neste período levaram a chamada reestruturação produtiva, com características próprias, novas formas de organização da indústria e da sociedade como um todo e com uma nova forma de acumulação. Surgida com a crise da década de 70 e com

embasamento na teoria neoliberal, a chamada acumulação flexível nasce em oposição à rigidez característica do fordismo.

Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. (HARVEY, 2008, p. 149)

É nesta época que fica visível uma nova “divisão internacional do trabalho”, onde indústrias que produziam para o mercado mundial começaram a transferir sua produção para outros países. Em outras palavras, os capitalistas começam a instalar suas empresas em zonas onde o capital pudesse render mais por conta de mão-de-obra abundante, contratos trabalhistas menos rígidos, menores salários, sindicatos fracos, subsídios dos governos locais, legislação ambiental mal estruturada, fácil acesso a matérias primas, etc. Contudo tal alteração só foi possível devido a revolução dos transportes e das comunicações que tornou econômica uma produção de caráter mundial. A descentralização da produção tem tanta relevância para a reestruturação quanto o processo de inovação no novo regime de acumulação flexível. Este se torna contínuo de tal maneira que os gastos com pesquisa e desenvolvimento (P&D) de novos produtos acabam por compor uma parte cada vez maior dos custos de produção (HOBBSAWM, 2008; CHESNAIS, 1996). Outro fator elementar para que a reestruturação produtiva desse certo foi a grande quantidade de mão-de-obra excedente. O grande número de desempregados, que buscavam alguma forma de sustento, permitiu aos capitalistas estabelecerem contratos e regimes cada dia mais flexíveis e precários.

É nesse contexto que a internet dava seus passos iniciais. É necessário nesse ponto saber da história do desenvolvimento da rede de computadores para poder compreender qual a sua ligação com a reestruturação produtiva e, mais adiante, enxergar suas consequências.

2. Internet: criação, desenvolvimento e possibilidades de uso.

Na história dos avanços tecnológicos é importante falar da relevância das guerras, e da preparação para elas, como estímulo à inovação. Hobsbawm (2008) afirma que a guerra acelera o progresso técnico, bem como arca com os custos de desenvolvimento destas inovações, que em outras situações, em momentos de paz, os custos ligados ao desenvolvimento dessas novas tecnologias seriam julgados muito altos, não valeriam o custo-benefício. Sendo assim, elas poderiam até vir a ser desenvolvidas, mas num ritmo muito mais

lento. São frutos da guerra o transistor, os computadores digitais civis, o radar e o motor a jato, por exemplo. Com a internet, rede que interliga os computadores de todo o mundo, não foi diferente já que nasceu no ambiente da Guerra Fria.

Segundo Castells (2003) as origens da internet remetem à Arpanet, uma rede de computadores que havia sido montada em 1969 pela Advanced Research Projects Agency (ARPA), uma agência do governo americano ligada aos serviços de defesa nacional. Quando criada, em 1958, a ARPA deveria trabalhar para mobilizar recursos de pesquisa, principalmente no ambiente universitário, para assim conseguir uma superioridade tecnológica militar em relação à União Soviética que em 1957 havia lançado o primeiro dos satélites Sputnik. Inicialmente a Arpanet era um programa do Information Processing Technique Office (IPTO), fundado no ano de 1962 para estimular a pesquisa em computação interativa. Para montar a rede, a IPTO fez uso de uma tecnologia de transmissão de telecomunicações chamada de comutação por pacote, desenvolvida num centro de pesquisa na Califórnia que trabalhava para o Pentágono juntamente com o British National Physical Laboratory. A proposta dos pesquisadores quando projetavam a comutação por pacote era de arquitetar e construir um sistema militar de comunicações que não sucumbisse sequer a um ataque nuclear. Não era exatamente o objetivo do Arpanet, mas a tecnologia foi utilizada na rede.

Os primeiros nós da rede estavam em centros de pesquisa e ensino como na Universidade de Utah, na Universidade da Califórnia em Santa Barbara, na Universidade da Califórnia em Los Angeles e no Stanford Research Institute. Dentro de dois anos a rede já possuía quinze nós e envolvia cada dia mais cientistas, professores e engenheiros de outras universidades, dentre elas Harvard e Massachusetts Institute of Technology (MIT). A primeira demonstração bem-sucedida da Arpanet foi realizada no ano de 1972 numa conferência internacional em Washington. Sem muitas demoras, a Arpanet foi conectada a outras redes que também era desenvolvidas pela ARPA, como a PRNET e a SATNET. Contudo a comunicação entre estas redes só poderia ser realizada se ouvessem protocolos de comunicação padronizados. No ano seguinte, 1973, num seminário em Stanford este desafio foi superado através do projeto de protocolo de controle de transmissão (TCP). Alguns anos depois, o TCP foi dividido em duas partes e a ele acrescentou-se um protocolo intra-rede (IP), criando assim o TCP/IP. Este é o padrão utilizado até os dias de hoje.

No ano de 1975 a Arpanet passa às mãos da Defense Communication Agency (DCA), que decide criar uma conexão entre várias redes sob seu controle com o objetivo de tornar

possível a comunicação por computador para diferentes ramos das forças armadas. Para tanto, cria a Defense Data Network com ajuda do TCP/IP. Contudo a preocupação com brechas que poderiam ameaçar a segurança na rede fez com que em 1983 o Departamento de Defesa criasse a MILNET, uma rede somente para usos militares. Assim, a Arpanet ficou inteiramente dedicada à pesquisa e passou a chamar-se ARPA-INTERNET. No ano subsequente, a National Science Foundation (NSF) estabelece sua rede, a NSFNET, e em 1988 começa a usar a infraestrutura por onde passam as correntes elétricas (sinais) da ARPA-INTERNET, visto que esta por ser uma rede mais antiga já tinha esse *backbone* construído. No início dos anos 1990 a Arpanet considerada obsoleta do ponto de vista tecnológico, foi retirada de operação e sua administração foi passada à National Science Foundation (NSF). Essa mudança de administradores foi crucial para o rumo da rede, agora chamada somente NSFNET, visto que “com a tecnologia de redes de computadores no domínio público, e as telecomunicações plenamente desreguladas, a NSF tratou logo de encaminhar a privatização da Internet” (CASTELLS, 2003, p. 15). A decisão tomada na década de 1980 pelo Departamento de Defesa de financiar fabricantes de computadores norte-americano para assim incluir o TCP/IP em seus protocolos fez com que na o início dos anos 1990 grande parte dos computadores dos EUA já tivessem capacidade de se conectar a rede, facilitando, assim, sua difusão. Contudo a operação privada da rede só se deu em 1995 quando NSFNET foi extinta.

Outro fato importante para a composição do que atualmente conhecemos como internet foi o desenvolvimento no fim dos anos 70 de um sistema de quadro de avisos que possibilitava a interconexão de computadores pessoais chamado bulletin board system (BBS). Também na mesma época, estudantes em Chicago criaram um programa que recebeu o nome de MODEM para assim transferir arquivos entre seus computadores pessoais. Criaram também uma forma de armazenar e transmitir mensagens entre os computadores, o Computer Bulletin Board System. Ambos foram liberados para domínio público.

O desenvolvimento do sistema operacional UNIX e sua liberação para as universidades, no ano de 1974, também foi essencial para a ampliação da rede. Por ter sido liberado o código-fonte do sistema, permitindo alterações na fonte, diversos estudantes tornaram-se peritos em sua manipulação. Quatro anos depois o mesmo laboratório que desenvolveu o UNIX distribuiu o programa UUCP (UNIX-to-UNIX copy) que possibilitava a cópia de arquivos entre computadores que possuíssem o programa. Baseando-se nessa lógica

de troca entre computadores, estudantes projetaram um programa que tornava possível a comunicação entre computadores UNIX. Tal programa também foi distribuído gratuitamente e logo estava formada a Usenet News, com seu próprio *backbone* e ampliando a prática de comunicação entre computadores pessoais. A grande virada se dá quando em 1980 a Usenet News chega ao departamento de ciências da computação na Universidade da Califórnia em Berkeley, um dos nós da Arpanet. Um grupo de estudantes decide desenvolver um programa para ligar estas redes e a partir de então várias redes passaram a poder se comunicar entre si, formando então a internet.

Entretanto, para alcançar o mundo a internet contou com o desenvolvimento do programa navegador/editor (*browser/editor*) chamado *world wide web* ou somente *www*. Este era um programa que permitia tanto retirar quanto introduzir informação de e em qualquer computador que estivesse ligado à internet, e foi divulgado na rede, fazendo com que em seguida vários programadores começassem a desenvolver seus próprios *browsers*. É assim que surge o Mosaic, um programa com capacidade avançada para distribuir e obter imagens por meio da rede e que contava com diversas técnicas de interface importadas de outras mídias. Sua criação foi importante para a popularização da internet devido a sua distribuição gratuita. Em 1995 é a vez da Microsoft lançar o seu *browser*, o Internet Explorer junto ao Windows 95. No mesmo ano é projetada a linguagem de programação Java que permitia a viagem de miniaplicativos entre computadores pela internet de forma segura. Estavam montadas as bases para o que até hoje é a internet.

Sabendo da história da rede mundial de computadores sob este viés, é relevante neste ponto lembrar que a internet só se popularizou de forma tão rápida devido aos investimentos privados e à política neoliberal dos anos 1990. A Lei das Telecomunicações de 1996 desregulamentava o setor das telecomunicações, dando abertura para a entrada de qualquer interessado nesta indústria. Nessa época “o desenvolvimento da Internet parecia estar oferecendo um potencial sem precedentes e sem limites para a criação de redes de comunicação eficientes e de fácil uso nos negócios, entre negócios, e entre negócios e clientes – e para a interconexão dessas redes umas às outras.” (BRENNER, 2003, p. 325). As companhias do ramo implantavam um número imensurável de cabos de fibra ótica que cruzavam o mundo. De maneira geral, o investimento nas tecnologias da informação (TIs) passou de 20% nos anos 1970 para 45% dos investimentos nos anos 2000.

A internet, acima de tudo, recriou a noção de espaço e de tempo. Fica a impressão de que as distâncias no mundo encurtaram e que o tempo se acelerou. Ou seja, a internet é instrumento básico da configuração atual do sistema capitalista, pois por meio dela o capital se encontra em um estágio jamais antes visto de movimento sem atrito. (HARVEY, 2011). Com sua própria lógica e dinâmica a rede cria um ambiente virtual conhecido como ciberespaço

um campo de integração difusa e flexível dos fluxos de informações e de comunicação entre máquinas computadorizadas, um complexo mediador entre os homens baseado totalmente em dispositivos técnicos, um novo espaço de interação (e de controle) sócio-humano criado pelas novas máquinas e seus protocolos de comunicação e que tende a ser a *extensão virtual* do espaço social propriamente dito. (ALVES, 2007, p. 62).

Dentro do contexto de reestruturação produtiva, o ciberespaço é o meio do qual as empresas fazem uso para se descentralizarem e para manterem seus fluxos de trocas financeiras sem maiores impedimentos. A partir de 1960 a economia se torna cada dia mais notadamente transnacional, superando territórios, limites geográficos e fronteiras de Estado. Estes, que antes faziam parte do esquema operatório básicos das empresas, agora são meros complicadores. Gradualmente as empresas passam a se organizar em forma de redes, o que não mais significa uma idéia abstrata de cooperação, mas sim “a representação de um novo arcabouço midiático técnico-material de comunicação (e de fluxo de informações), reticular e completo.” (ALVES, 2002, p. 90). Outra faceta bem interessante da internet é a que aponta para ela como um novo espaço de acumulação de capital. Com a abertura da exploração deste nicho do mercado, diversas empresas se desenvolveram, inclusive algumas que prestam serviços diretamente ligados à manutenção e funcionamento do ciberespaço, como provedores, mecanismos de busca, comércio eletrônico, etc. (MONTEIRO, 2008). O surgimento da internet, sendo assim, serviu para dinamizar capitais excedentes de outras áreas, gerando mais um espaço de acumulação.

Também crucial para que a popularização da rede se desse da maneira como foi, é a aposta da reestruturação produtiva na inovação tecnológica. Isso fez com que computadores e aparelhos relacionados ao uso da internet fossem aprimorados ao longo dos anos. No início para se usar a internet era necessário ocupar uma linha telefônica e o computador, na época composto por CPU, teclado, mouse e monitor todos separados, necessariamente deveria ficar perto da instalação telefônica na casa ou escritório e constantemente ligado à energia elétrica. Hoje em dia os sinais da rede continuam, sim, passando pela linha telefônica, porém ela não

mais fica com o sinal de ocupado. Os usuários e seus computadores também ganharam certa mobilidade com o desenvolvimento dos sistemas sem fio, inclusive para a conexão à internet. “Um aspecto não mesmo significativo dessas inovações é o sistemático processo de miniaturização de tais produtos, ou seja, a *portabilidade*, que ampliou imensamente seu alcance e mercado potenciais.” (HOBSBAWM, 2008, p. 261), o que claramente se vê na enorme gama de produtos ligados à computação como notebooks, netbooks e os incontáveis modelos de celulares. Todos com acesso a internet, com bateria de longa duração e com pesos suportáveis. Por fim, a simplificação na linguagem dos computadores possibilitou que usuários comuns, com o mínimo de conhecimento de informática explorassem a rede, tanto como consumidores de informações quanto como produtores.

Dessa forma, com a internet abrangendo a maior parte do globo e os computadores sendo cada dia mais baratos, os computadores pessoais passaram a ser mais comuns na rotina dos indivíduos. No mundo do trabalho não foi diferente e, sendo assim, é preciso saber quais foram as alterações que a introdução e popularização destas máquinas trouxeram para os capitalistas e, conseqüentemente, os trabalhadores.

3. Mundo do trabalho num cenário de globalização: o regime de *home office*.

A partir dos anos 1970, com os preceitos básicos da reestruturação produtiva de aposta na tecnologia e de flexibilidade, as formas organizacionais das empresas passaram por mudanças marcantes. Ao olhar o cenário de forma mais ampla, vê-se também que a economia global, como um todo, já não era mais a mesma. As empresas passam a se organizar em rede, espalham-se pelo mundo e alteram os rumos e velocidades dos fluxos de capitais e bens. Segundo Castells (2003) a empresa em rede se desenvolveu a partir de várias estratégias de interconexão. Uma delas foi a descentralização interna das grandes corporações. Estas decidiram por se organizar em estruturas horizontais de cooperação e competição e também de forma mais enxuta. Toda a firma passou a ser coordenada em torno de metas estratégicas. Outra estratégia foi a de cooperação entre empresas de pequeno e médio portes, que reuniram seus recursos para assim aumentarem sua representação no mercado. Também houve a conexão entre redes de pequenas e médias empresas e os componentes das grandes corporações. E por último, mas não menos importante, as parcerias entre corporações e suas redes subsidiárias.

Inquestionavelmente, as empresas só puderam passar por essas alterações pois a “convergência das tecnologias de informática e de telecomunicações, bem como a introdução das tecnologias ligadas às comunicações por satélite, ao comando numérico e às fibras óticas, criaram as condições para o estabelecimento de um sistema verdadeiramente mundial” (CHESNAIS, 1996, p. 205). O fortalecimento da chamada globalização, portanto, está intimamente ligado a essas tecnologias que servem perfeitamente à lógica da compressão espaço-tempo, reduzindo o tempo das transações e aumentando a sua escala geográfica. (HARVEY, 2008). Não só capitais fluíam com mais facilidade e rapidez ao redor do globo, mas também produtos e informações. A empresa podia manter escritórios em diversos países, e estabelecer suas linhas de montagem em diversos outros, sem perder a qualidade dos produtos e o controle no volume da produção. Mesmo que aumentasse a distância entre suas sedes a empresa conseguiria reduzir seus custos principalmente por poder se instalar em países onde os salários fossem menores e onde houvessem menores impostos, por exemplo, ou até mesmo subsídios governamentais que incentivassem a instalação de empresas privadas. O número de empresas transnacionais e desterritorializadas se eleva significativamente. Ou seja, uma empresa que é definida como de origem norte-americana na verdade pode ter nos Estados Unidos somente seu escritório central, mas suas indústrias na Indonésia, no Brasil, etc. A vantagem dessa nova forma de organização, em linhas gerais é que “essas redes têm a flexibilidade e a adaptabilidade requeridas por uma economia global sujeita a incessante inovação tecnológica e estimulada por uma demanda em rápida modificação.” (CASTELLS, 2003, p. 59). Nesse novo modelo, a produção segue o ritmo da demanda, não havendo muito estoque. É o sistema do *just in time* onde não se compra materiais acima daquilo que será necessário bem como não se produz muito acima da demanda.

É crucial olhar para a base de todo esse sistema de produção, distribuição e até mesmo consumo dos bens produzidos por estas empresas que adotaram a organização em rede: o trabalhador. Retomando novamente os pilares da reestruturação produtiva da tecnologia e da flexibilidade, é crucial agora enxergar estes preceitos sob outra ótica. Toda essa metamorfose no mundo empresarial e produtivo obviamente trouxe alterações para o trabalhador não só no seu ambiente de trabalho mas também na sua vida fora da empresa. O zelo pela flexibilidade na empresa foi um dos pontos que causou maiores mudanças para o trabalhador. “O resultado geral se traduz em baixos salários, crescente insegurança no emprego e, em muitos casos, perdas de benefícios e de proteções ao trabalho.” (HARVEY, 2008, p. 86). Os contratos

passaram a ser cada dia mais precários sob o argumento de que isso era necessário para a empresa conseguir ser flexível. Com as experiências anteriores que mostraram que a demanda varia e, portanto, a linha de produção pode deixar de precisar daquele número de funcionários efetivos, os contratos flexíveis surgem o intuito de dar brechas para a empresa em situações como esta. O grande número de desempregados, desamparados pelo Estado neoliberal, necessitando de alguma fonte de renda passam a aceitar essas novas condições de trabalho principalmente por que, como já supracitado, as empresas passam a se deslocar para países onde as legislações trabalhistas são mais frouxas e onde os movimentos de resistência dos trabalhadores são menos organizados. Os salários, devido ao grande volume de mão-de-obra excedente, são bem menores do que os do período anterior a reestruturação. E os gastos dos indivíduos são muito maiores, pois agora serviços que antes eram públicos agora no ambiente neoliberal estão sob o comando do capital, como os serviços de saúde, por exemplo.

O regime de trabalho conhecidos como *home office*, ponto de reflexão deste artigo, é fruto dessa precarização, e é a demonstração do casamento perfeito entre tecnologia e flexibilidade sob a ideologia neoliberal. Para continuar a desenvolver o pensamento que vem sendo construído até esse ponto é necessário deixar claro o que é esse novo regime trabalhista. Como o próprio nome diz o escritório do indivíduo é em casa, a vida pública e a vida privada dele se mesclam. É importante lembrar que somente parte do quadro das empresas se encaixa sob este regime, já que os operários necessariamente continuam a trabalhar nas fábricas. No discurso da empresa as vantagens do trabalhador são o menor gasto de tempo com o deslocamento até a empresa, poder fazer os seus próprios horários desde que cumpra as metas e ter mais tempo junto com a família. Esse último ponto deve-se, principalmente, à entrada cada vez maior das mulheres no mundo do trabalho, cabendo ainda a elas o cuidado com a casa e com os filhos (HARVEY, 2006). No regime de *home office* o trabalhador não necessariamente fica o tempo todo em casa, pode até ir a empresa para algumas reuniões mas sua base é fora de lá. No enxugamento do quadro de empregados isso é essencial, pois representa menores gastos com o aluguel de espaço para os funcionários e conseqüentemente menos despesas com energia, água, provedor de internet dentre outros itens básicos que são necessários para a manutenção de um ambiente de trabalho.

O papel da internet nessa nova configuração do mundo do trabalho é claro neste ponto. É fazendo uso dela que os trabalhadores de dentro de suas casas dialogam com outros de sua

companhia, enviam relatórios e fazem reuniões com funcionários em sedes em outros países. Mas o regime do escritório-casa não se limita somente à casa. As pessoas agora

trabalham de seus carros, trens, aviões, de seus aeroportos e hotéis, durante suas férias e à noite – estão sempre disponíveis, enquanto seus bipes e telefones móveis nunca param de tocar. A individualização dos arrajos de trabalho, a multilocalização da atividade e a possibilidade de conectar tudo isso em torno do trabalhador individual inauguram um novo espaço urbano, o espaço da mobilidade infinita, um espaço feito fluxos de informação e comunicação, administrado em última instância com a Internet. (CASTELLS, 2003, p. 190).

O trabalho então passa a acompanhar o indivíduo onde quer que ele vá. E seu tempo livre de antes agora pode ser interrompido com alguma chamada telefônica ou algum e-mail com novas metas. A noção de flexibilidade de horário que a empresa propunha na verdade pede que o trabalhador esteja disponível o tempo inteiro. Algumas empresas chegam até a fornecer os computadores portáteis e telefones celulares, ou seja, é o pedido claro para que leve o trabalho consigo aonde for.

Outra situação amplamente problemática é causada pelo distanciamento do trabalhador em relação ao ambiente de trabalho da empresa. Tal circunstância leva cada dia mais a um individualismo sem precedentes visto nas diversas esferas da vida cotidiana. A ideologia neoliberal tem participação fundamental nessa mudança de visão de mundo e modo de se relacionar. Como já dito anteriormente a economia era o meio pelo qual o neoliberalismo daria seus primeiros passos, porém o objetivo era alcançar proporções muito maiores. A idéia de que não existe sociedade mas apenas indivíduos e suas famílias fez com que aos poucos a idéia de coletivo fosse deixada pra trás, como uma idéia ultrapassada e primária. As mudanças ocasionadas pelo neoliberalismo não foram somente no mundo objetivo, mas também tiveram consequências na vida subjetiva. Ao tirar o trabalhador de dentro da empresa ele perde o referencial daquilo que faz parte: um quadro de funcionários de determinada companhia. Incontestavelmente membro de um coletivo. O cenário fordista era o oposto, “as formas de organização da classe de trabalhadores (como os sindicatos), por exemplo, dependiam bastante do acúmulo de trabalhadores na fábrica para serem viáveis, sendo peculiarmente difícil ter acesso aos sistemas de trabalho familiares ou domésticos” (HARVEY, 2006, p. 145). A empresa era não somente local de trabalho, mas também de convivência, sociabilidade e discussão. Contudo, a organização dos trabalhadores, sob este novo regime é impossibilitada, e assim limitam-se os meios para que eles possam lutar por

melhores condições de trabalho, contestar decisões e resistir a mudanças que lhes prejudiquem.

Apesar das grandes diferenças que houve (e ainda há) entre os principais países capitalistas, nesse aspecto, o modelo americano e inglês, com eixo na desregulamentação e na “flexibilização” dos contratos de trabalho, vem ganhando terreno regularmente. Cada passo dado na introdução da automatização contemporânea, baseada nos microprocessadores, foi uma oportunidade para destruir as formas anteriores de relações contratuais, e também os meios inventados pelos operários, com base em técnicas de produção estabilizadas, para resistir à exploração no local de trabalho. (CHESNAIS, 1996, p. 35)

É sempre relevante lembrar que as transformações no mundo ocorrem devido a processos incentivados por determinados atores e suas forças. O dismantelamento da força de resistência operária não foge a essa lógica, “em meados da década de 1970, o salariedade fordista-keynesiano entra em impasses estruturais. É a época histórica da crise estrutural do capital, marcada pela reestruturação capitalista sob hegemonia neoliberal que busca desconstruir os direitos trabalhistas.” (ALVES, 2007, p. 91). Defensor do mercado como grande solucionador dos problemas políticos, econômicos e sociais “o Estado neoliberal é necessariamente hostil a toda forma de solidariedade social que imponha restrições à acumulação do capital.” (HARVEY, 2008, p. 85). Sendo assim o individualismo, a perda da noção de coletivo e o afastamento do espaço organizacional da empresa são aliados na desarticulação da luta trabalhista.

Considerações Finais

Com base no desenvolvimento desse trabalho, foi possível verificar quais foram as forças motrizes das alterações políticas e econômicas pelo qual o mundo passou desde o subsequente pós-guerra até os dias de hoje. No atual contexto de pós-modernidade onde o que é valorizado é o inédito é extremamente relevante resgatar os processos históricos com o objetivo de lembrar que tudo possui um passado e é fruto da atuação concomitante de diversas forças e atores, que são fruto da história ao mesmo tempo que a escrevem. Ter conhecimento da trajetória histórica é importante para compreender que nenhum processo é irreversível. Tudo é constituído ao longo do tempo e pode, portanto, ser desconstruído de alguma forma.

Em suma, desde 1945 até a atualidade a economia e a política passaram por transformações significativas. Logo após o fim da 2ª Grande Guerra e por quase duas décadas

a economia mundial, tendo como carro chefe os Estados Unidos apresentava um ótimo ritmo de crescimento. Contudo no final dos anos 60 aparecem no mercado internacional bens manufaturados semelhantes aos produzidos pelos americanos, porém com menores preços, já que Japão, Alemanha e Europa Ocidental os produziam de forma muito mais econômica. A produção se torna excedente em relação o consumo, o capital não consegue se valorizar, os salários continuam subindo independente da estagnação das taxas de lucros, o valor da moeda americana cai devido à grande procura no período anterior e a economia já não está numa época mais tão gloriosa.

Dessa forma o modelo fordista de produção e a política keynesianista são deixados para trás por serem apontados como muito rígidos e incapazes de resolver o colapso. A partir dos anos 1970, o mundo industrial para por uma reestruturação produtiva, que defende que as empresas necessitam ser mais flexíveis e que vê na tecnologia e no seu potencial inovador a saída para os problemas. Toda a mudança é feita com base na ideologia neoliberal, que inicia suas mudanças na economia, mas que posteriormente abrange toda a rotina dos indivíduos tanto nas esferas políticas, culturais e sociais. Sob o argumento de que o mercado se autoregula e que o Estado não deveria intervir, o neoliberalismo defendia que o capital deveria circular da maneira mais livre possível, porque assim haveria aumento na riqueza de forma generalizada. É a época das privatizações e da constituição daquilo que chamamos globalização, pois as empresas passaram a ser cada dia mais transnacionais.

Os computadores e a internet só se tornaram populares de forma tão rápida exatamente por conta de toda essa mudança no setor produtivo e da aposta na tecnologia. Financiada pelos cofres públicos norte-americanos, com fins acadêmicos e militares, a rede na década de 90 foi mais um dos bens governamentais que passou para as mãos do capital. Dessa forma chegou aos usuários comuns e às empresas. Estas, agora estavam espalhadas por todo o globo, passaram a utilizar a internet para poder gerir seu capital transnacional, suas diversas sedes administrativas e também produtivas.

No ambiente de trabalho o uso da rede também trouxe algumas novidades, como a possibilidade do trabalhador poder realizar suas funções de onde estiver, inclusive de sua casa. O regime de *home office*, como ficou conhecido, é oferecido pelas empresas que argumentam ser mais vantajoso e cômodo para o indivíduo trabalhar diretamente de casa utilizando a internet para realizar suas tarefas como enviar e receber documentos e também para teleconferências. Contudo, sob outro angulo, vê-se que as vantagens não são tantas assim

e que comprometem causas muito maiores como a resistência dos trabalhadores às medidas que os prejudiquem e os coloquem em situações de insegurança.

Dessa forma conclui-se que apesar do discurso empresarial apresentar algumas verdadeiras conveniências para o trabalhador, como a economia no tempo gasto para se deslocar de casa até o trabalho, de modo geral o regime de *home office* é um elemento desarticulador do movimento de luta trabalhista. Também representa mais um ingrediente na transformação da noção básica de coletivo. Olhar pra isso de maneira mais ampla mostra que a expansão da mentalidade individualista acarreta diversas mudanças em todas as esferas da vida humana, principalmente na compreensão do outro. A priorização do capital em relação à condição básica de todo indivíduo, que é a de ser humano acima de tudo, dita os rumos da sociedade. Há muito mais a ser pensado quanto aos impactos dessa alteração, todavia é importante sempre ter em mente o que já foi dito. Nenhum processo é irreversível, pois a existência de um passado pressupõe a de um futuro.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. Ciberespaço e Fetichismo. In: **Dialética do ciberespaço: trabalho, cultura e tecnologia no capitalismo global**. ALVES, Giovanni (Org.) e MARTINEZ, Vinício (Org.). Bauru: Editora Práxis, 2002.

_____. **Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho**. Bauru: Editora Praxis, 2. ed., 2007.

BRENNER, Robert. **O boom e a bolha: os Estados Unidos na economia mundial**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã Editora, 1. ed., 1996.

COSTA, Isabel de Sá Affonso. **Teletrabalho: subjugação e construção de subjetividades**. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rap/v41n1/07.pdf>>. Acesso em 1 fev. 2013, às 15:19.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 15. ed., 2006.

_____. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. Lisboa: Editora Bizâncio, 1. ed., 2011.

_____. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX (1914 – 1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2. ed., 2008.

MONTEIRO, Arakin Queiroz. Trabalho, ciberespaço e acumulação de capital: estudo sobre produção e consumo na interatividade da internet comercial. **Dissertação** de Mestrado. UNESP, Marília: 2008.

SCHIRIGATTI, Elisangela Lobo; KASPRZAK, Luis Fernando Fonseca. **Home office: origem, conceito e inferências sobre o significado social do novo modelo de trabalho flexível**. Disponível em:
<<<http://www.faculdadeexpoente.edu.br/upload/noticiasarquivos/1208992587.PDF>>>.
Acesso em 1 fev. 2013, às 15:44.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961. Disponível em:
<<[ftp://ftp.unilins.edu.br/leonides/Aulas/Form%20Socio%20Historica%20do%20Br%202/sc](http://ftp.unilins.edu.br/leonides/Aulas/Form%20Socio%20Historica%20do%20Br%202/sc)>>

[humpeter-capitalismo,%20socialismo%20e%20democracia.pdf](#)>>. Acesso em 1 fev. 2013, às 14:30.